

OUTUBRO 2016

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



DIA MUNDIAL DO PROFESSOR: UM FÓRUM FNE 2016 DE EXCELENCIA

P.2 À P.11



P.20 - REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DO EPE: DISPOSIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS PARA DOCENTES



P.25 - NÃO DOCENTES: 300 VAGAS NÃO RESOLVEM O PROBLEMA

NESTA EDIÇÃO

P.12 - FNE saúda 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo | P.13 - Queremos descongelar! | P.14 À P.17 - FNE assina protocolo de cooperação com Universidade Aberta e UnYLeYa | P.18 - Questionário MGEN sobre riscos psicossociais na educação | P.19 - FNE com simpósio no 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses | P.21 - Direito à greve sob ataque em mais de 100 países | P.22 - 38 anos da UGT com "Estado da Justiça em Portugal" | P.23 - Resolução da UGT defende um compromisso para o crescimento e emprego | P.24 - Sindicato dos Professores da Zona Centro: 40 anos a defender e valorizar os docentes | P.26, P.27 - SIADAP: ferramenta de uma cultura organizacional na Administração Pública Portuguesa?

João Dias da Silva, na abertura do FÓRUM FNE 2016:

“Temos que integrar e coordenar os conceitos de Educação e Formação”



Integrado na celebração do Dia Mundial do Professor, a edição do FÓRUM FNE 2016 decorreu em 8 de outubro, no Hotel Altis Park, em Lisboa, sob o lema “Inovação em educação, por uma educação de qualidade”, com o objetivo de pôr em debate a organização tradicional da escola e as alterações que se prevê que esta venha a enfrentar no futuro mais próximo, para constituir uma resposta às transformações da sociedade.

A sessão de abertura esteve a cargo de Margarida Mano, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e de João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE. Margarida Mano referiu que a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) só foi conseguida em 1986, 12 anos depois do 25 de Abril, e lembrou as grandes mudanças operadas na sociedade nestes últimos 30 anos.

O SG sublinhou que celebrávamos o Dia Mundial do Professor, que este ano assinala o 50º aniversário da Recomendação Conjunta da OIT e da UNESCO sobre a condição docente (“uma resolução que, apesar de decorrido meio século, mantém uma atualidade surpreendente”) e o aniversário da LBSE, “um documento ambicioso para a época” e que “entendemos que está na altura de se fazer uma reformulação e transformá-la numa lei de bases de educação e formação”.

“Uma coisa é Economia, outra coisa é Educação”

Para o SG temos de integrar e coordenar estes dois conceitos, pois “Uma coisa é Economia, outra coisa é Educação” e tem havido uma “ignorância comum no diálogo entre a Educação e o Trabalho”. Em sua opinião, temos que pensar no que temos que mudar na nossa própria organização escolar, no que respeita aos desafios da mudança. “Não vale a pena imaginar novas competências, novos conteúdos, se a escola continua organizada nos termos do século XIX”, rematou. O SG da FNE lembrou de seguida o papel crucial dos não docentes nas escolas e na educação, uma vez que eles são também educadores. Por fim, recordou que no dia anterior tinha sido o Dia Mundial do Trabalho Digno e que o seu reconhecimento não ocorre, infelizmente, em muitas partes do mundo.

Seguiu-se a conferência de Gonçalo Lobo Xavier, Vice-Presidente do Comité Económico

e Social Europeu (CESE) sobre os “Desafios da atualidade à inovação em educação, para o desenvolvimento” e a de Alexandre Castro Caldas, Diretor do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, ambas de extrema acutilância e relevo. No final da manhã, Diogo Simões Pereira (Secretário-Geral da EPIS) e José Verdasca integraram o painel “Vamos continuar a ter *esta escola?*”, onde abordaram os esforços e avanços feitos pelos vários protagonistas da educação no nosso país.

A parte da tarde contou com o painel “*Os novos recursos tecnológicos permitem ensinar e aprender melhor? Como é que os podemos usar bem?* Estamos em condições de os utilizar bem?”, em que participaram José Vitor Pedroso (Diretor Geral de Educação), Paulo Dias (Reitor da Universidade Aberta) e Pedro Duarte (Microsoft), moderados pela jornalista Bárbara

Wong. Foi na verdade um painel de excelência que motivou sobremaneira a assistência.

Antes do encerramento, a FNE assinou um protocolo de cooperação com a Universidade Aberta e a UnYLeYa, com o fim de proporcionar aos seus sócios a frequência de ações de formação em e-learning e b-learning para docentes e não docentes.

O encerramento do FÓRUM FNE 2016 esteve a cargo de João Dias da Silva, que agradeceu a presença e participação de todos, com umas palavras especiais para a clareza e importância das comunicações dos convidados. “Se o objetivo deste FÓRUM era desassossegar consciências, deixarmos a comodidade das ideias feitas e podermos refletir sobre as mudanças que estão nas nossas mãos para construir e para cumprir”, venceu o SG da FNE, “então esse objetivo foi claramente cumprido”.





Mais fotos em: http://www.fne.pt/pt/galeria/list/categoria_id/49

O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e a importância da Educação



Mensagem enviada ao Fórum FNE 2016

Marcelo Rebelo de Sousa
Sua Excelência o Presidente da República

Saúdo a Federação Nacional da Educação pela realização deste Fórum dedicado ao tema Inovar em Educação para uma Escola de Qualidade. Desejo êxito para os trabalhos que agora se iniciam.

Gostaria de compartilhar duas breves palavras.

Começo por sublinhar que tudo quanto importe à educação dos portugueses e envolva uma instituição representativa do setor encontra no Presidente da República um interlocutor interessado e recetivo. Quero salientar que as temáticas objeto de debate hoje nesta sede informam alguns dos principais desafios colocados ao sistema educativo português.

Estarei, assim, particularmente atento às conclusões dessa discussão.

Dirijo também uma palavra aos responsáveis políticos e sociais, pedindo-lhes que pensem sobretudo, nos destinatários de cada uma das medidas de política. Pensem nos alunos, nos professores, nos pais e no pessoal não docente.

Não pensem neles como categorias abstratas, mas como pessoas concretas. Quão importante seria que as reformas fossem precedidas por simples interrogações: como vão as pessoas perceber e aderir a tantas mudanças ao mesmo tempo? Como vão ajustar as suas vidas a planos traçados num gabinete no centro de Lisboa? Como vão ter tempo e modo para absorver novas propostas e juntar mais processos às incumbências múltiplas com que se confrontam?

Termino esta mensagem, formulando votos de que esta e outras iniciativas sobre Educação possam contribuir para um Portugal melhor. Até porque a Educação é a chave decisiva para esse Portugal.

Lisboa, 8 de outubro de 2016

Marcelo Rebelo de Sousa

FNE celebra Dia Mundial do Professor com FÓRUM e hastear de bandeiras

A FNE celebrou, no passado mês de outubro, o Dia Mundial do Professor com duas iniciativas de grande relevo para os professores e educadores do nosso país, mais concretamente o hasteamento, a partir de 3 de outubro, de uma bandeira do Dia Mundial do Professor – Portugal em vários agrupamentos de escolas e municípios e a realização do FÓRUM FNE 2016 sobre "Inovação em Educação, por uma Educação de Qualidade", que decorreu, em 8 de outubro, no Altis Park Hotel, em Lisboa, onde marcaram presença duas centenas de participantes.

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) teve uma participação muito ativa nas comemorações do Dia Mundial do Professor, somando ações em escolas de todos os distritos da zona

norte associando-se ainda a municípios nos casos de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão.

Por sua vez, o Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL) estendeu as suas comemorações por escolas dos distritos de Lisboa (Alverca, Lisboa e Sintra), Santarém (Almeirim, Cartaxo e Torres Novas) e Setúbal (Almada e Setúbal).

Em Angra do Heroísmo, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) organizou, com o Museu de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal local, um Percurso Pedestre pela zona classificada, em que os professores foram convidados a percorrer as ruas, largos

e praças, acompanhados por familiares, amigos e alunos, descobrindo, através de guiões elaborados para o efeito, como se organizava o burgo quinhentista, quando a sua angra se enchia de embarcações oriundas de novos mundos recém-descobertos. Promoveu ainda iniciativas em diversas escolas da região, que envolveram alunos e professores, para assinalar esta importante data.

Os desenvolvimentos da campanha **#obrigadoprofessor**, que tem constituído desde o ano passado uma forma da FNE manifestar a importância dos professores na sociedade e demonstrar o quanto esta valoriza o seu trabalho em prol da Educação, podem ser acompanhados através da página de internet www.obrigadoprofessor.pt



Galeria de Fotos



Mais fotos em:
<https://www.facebook.com/obrigadoprof>

Martin Rømer, diretor do CSEE: Prioridade política na educação inclusiva e na igualdade

Impossibilitado à última hora de comparecer, Martin Rømer, diretor do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) enviou ao Fórum FNE uma acutilante mensagem sobre os desafios atuais da Educação, da qual retiramos alguns trechos:



Os ataques terroristas de 2015-2016 sublinharam o fracasso de pressionarmos a educação para uma direção unilateral de satisfazer as necessidades das empresas, enquanto os valores sociais, a cidadania democrática e o pensamento crítico são igualmente importantes para lutar contra as reações extremistas, incluindo o radicalismo de extrema-direita, o fundamentalismo e todos os tipos de radicalismo, assim como para evitar a marginalização dos jovens.

Caros amigos:

... É urgente a necessidade de aumentar o investimento público para estimular a educação universal e de alta qualidade...

As reformas educativas deveriam ser baseadas numa visão holística, e não fragmentada, da educação e formação... A capacidade da Europa para se recuperar total e fortemente depende da capacidade de melhorar o nível de resultados educacionais da sua população e de reduzir as desigualdades. Isto implica uma maior ênfase na profissão docente, no seu estatuto, na formação inicial e no desenvolvimento profissional contínuo.

Desafios para o investimento público em educação

A crescente privatização de serviços de educação potencialmente rentáveis e/ou o mecanismo de fi-

nanciamento baseado em desempenho compromete a prestação pública da educação, em particular dos mais desfavorecidos do ponto de vista social e económico.

Prioridade política no financiamento da educação pública

É fundamental que o investimento público em educação seja excluído do cálculo dos níveis de défice e de dívida dentro das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento... a educação deve ser financiada e regulada pelo erário público.

Desafios para a educação inclusiva e igualdade

O fluxo de migrantes, refugiados, requerentes de asilo exacerbaram fenómenos como a discriminação racial, religiosa, cultural e de género, e trouxeram à superfície dificuldades muito maiores de aprendizagem e de inclusão, que causam desigualdades entre alunos...

O pensamento crítico e a literacia dos *media* devem ser totalmente incorporados no processo de ensino/aprendizagem.

Prioridade política na educação inclusiva e na igualdade

...É necessário uma atenção mais efetiva no recrutamento de professores qualificados; formação para a educação pré-escolar; necessidades educativas especiais; educação para migrantes e refugiados; o acesso a uma formação inicial integrada de alta qualidade; o desenvolvimento profissional contínuo para o uso pedagógico das TIC, bem como para salários e pensões dignos.

Martin Rømer



Troféu FNE para dez individualidades

Criado pela FNE em 2016, este troféu destina-se a distinguir personalidades ou instituições que colaborem com a federação, contribuindo para a sua intervenção político-sindical no sentido da melhoria da qualidade da Educação em Portugal, ou que pela ação que desenvolveram ou desenvolvem na área da Educação devam ser alvo de tal distinção.

O autor do troféu é o artista plástico Nigel Cave, que nasceu em Carlisle, Inglaterra, em 1968 e se licenciou em belas artes na Universidade de Staffordshire, Stoke-on-Trent, em 1992. Entre 1992 e 1994 realizou uma pós-graduação, com especialização em figurativo, no Sir Henry Doultons School of Sculpture, sob orientação de Elisabeth Frink e Colin Melbourne. Desde então, realizou diversas exposições de artes plásticas no Reino Unido.

A residir em Portugal desde 1996, onde possui a sua própria galeria criativa (Cave Casts) tem mais de 800 criações em diferentes materiais e áreas diversificadas. Nigel Cave ilustrou diversos livros de literatura para crianças.

Por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Professor e do Fórum FNE 2016 foram entregues troféus às seguintes individualidades:

•Margarida Mano - *Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência*

•Gonçalo Lobo Xavier - *Vice-Presidente do Comité Económico e Social Europeu*

•Alexandre Castro Caldas - *Diretor do Instituto de Ciências da Saúde da UCP*

•Diogo Simões Pereira - *Secretário-Geral da EPIS*

•José Verdasca - *Universidade de Évora*

•José Vítor Pedroso - *Diretor Geral de Educação*

•Paulo Dias - *Reitor da Universidade Aberta*

•Pedro Duarte - *Microsoft*

•Bárbara Wong - *Jornalista*

•Jorge Pedreira - *Presidente do Conselho de Administração da UnYLeYa*





5 de outubro

Dia Mundial do Professor

Esta celebração anual foi reconhecida pela UNESCO e pela OIT para sublinhar a importância dos professores na nossa sociedade.

Porque os professores estão incumbidos de realizar tarefas específicas e de grande responsabilidade para o desenvolvimento das pessoas e dos países.

Porque os professores são profissionais com elevadas qualificações e competências, especialmente preparados para dirigirem processos de ensino-aprendizagem.

Porque os professores conhecem e aplicam técnicas específicas que atendem à diversidade dos alunos com quem trabalham, para que cada um possa realizar o seu percurso escolar com êxito.

Porque os professores desenvolvem uma atividade essencial para o crescimento dos conhecimentos e das competências que permitem uma sociedade mais justa e equilibrada.

Porque os professores articulam com os pais tarefas educativas essenciais para o desenvolvimento integral das crianças e jovens com quem trabalham.

Porque os professores sabem como ajudar a libertar o potencial que existe em cada um.

Por tudo isto, cada um de nós pode dizer **oBRIGADOProfessor**





oBrigadoProfessor

PARTICIPA!

PUBLICA UMA FOTOGRAFIA OU UM VÍDEO EM WWW.OBRIGADOPROFESSOR.PT

DE AGRADECIMENTO A UM(A) PROFESSOR(A)

FAZ O UPLOAD DA FOTO OU INSERE O URL DO VÍDEO

INSERE OS TEUS DADOS PESSOAIS E SUBMETE O TEU DEPOIMENTO



#PUBLIQUE AQUI O SEU DEPOIMENTO

Publique uma fotografia ou vídeo, faça upload para o youtube ou vimeo. Preencha o formulário com os seus dados pessoais e url do vídeo.

 Nome

 Email

 Upload de foto

 Url do video

SUBMETER

FNE saúda 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo



A FNE saudou a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), na comemoração dos seus 30 anos de existência. Ao longo deste período, a LBSE foi a orientadora de um progresso assinalável que a Educação conheceu em Portugal. São hoje bem visíveis em relatórios nacionais, internacionais e na sociedade em geral os resultados dos esforços que o nosso país fez ao longo de todo este tempo, no sentido do crescimento das qualificações dos portugueses e do reconhecimento de que com mais educação podemos ter mais desenvolvimento, mais emprego de qualidade e mais inclusão.

Os sucessos que hoje podemos saudar resultam assim da visão estratégica da LBSE aprovada há 30 anos. No entanto, a FNE considera que se torna necessário fazer um alargado debate na sociedade sobre o que é que se pretende do futuro da educação no nosso país. No nosso entendimento torna-se essencial que esse debate seja o mais participativo possível e que

atinga o maior consenso que se consiga estabelecer, porque uma nova lei de bases de educação e formação deverá responder aos desafios atuais e vindouros e deverá ter uma durabilidade que dê confiança aos portugueses.

Nesta efeméride, a FNE considera essencial que se introduzam na lei de bases do sistema educativo algumas alterações significativas, nomeadamente no que diz respeito à duração do período de educação pré-escolar, à promoção do sucesso escolar de todos e ao crescimento das qualificações profissionais dos portugueses, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, para além da valorização de todos os profissionais que asseguram o funcionamento diário do sistema educativo.

A sociedade pode contar com a mobilização e o empenhamento da FNE para que o nosso sistema educativo esteja dotado de uma Lei de Bases que promova, para todos, sem exceção, uma educação

e formação de qualidade, com equidade, e respeitadora das necessidades individuais de cada um.

A LBSE foi aprovada em 14 de outubro de 1986 (Lei nº 46/86) e apenas sofreu três alterações: as duas primeiras em 1997 (Lei nº 115/97, de 19 de setembro) e 2005 (Lei nº 49/2005, de 30 de agosto), devido a questões relacionadas com o acesso e financiamento do ensino superior, e a terceira em 2009 (Lei nº 85/2009, de 27 de agosto), com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagrando a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade. Em 2015 (Lei nº 65, de 3 de julho), a Lei nº 85/2009, de 27 de agosto teve a sua primeira alteração, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos quatro anos de idade.

Queremos descongelar!

A FNE considera injusto e inaceitável que a proposta de Orçamento de Estado para 2017 não inclua o descongelamento das carreiras na administração pública.

No caso concreto das carreiras dos trabalhadores da educação do setor público, a FNE está consciente de que não é uma matéria que possa ser tratada isoladamente em relação aos restantes trabalhadores da Administração Pública. Mas não pode deixar de alertar que se trata de um processo complexo, que não pode gerar novas injustiças relativas e que não poderá deixar de ter efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Torna-se, pois, necessário que o governo antecipe atempadamente este processo, que tem anunciado para o primeiro dia de janeiro de 2018, de modo que evite futuros constrangimentos. Para a FNE, isto não significa outra coisa que não seja a urgência de o preparar com toda a serenidade.

Milhares de trabalhadores têm as suas carreiras congeladas desde 2005 e está provado que não há possibilidade de encontrar motivação e mobilização em Trabalhadores que não sentem qualquer perspetiva de desenvolvimento de carreira, por muito esforçados e responsáveis que sejam.

Impõe-se assim garantirmos o objetivo de recuperar integralmente o tempo de serviço congelado e as perdas resultantes das diferentes transições entre carreiras.

JÁ!

DESCONGELAR

Impõe-se retomarmos a esperança, o que só pode acontecer através de medidas que tenham impacto positivo direto e rápido nas efetivas condições de vida dos Trabalhadores da educação.

A definição do regime de descongelamento das carreiras, com recuperação do tempo de serviço congelado e a anulação das distorções que permanecem em resultado das condições definidas para a transição para o mais recente regime constituem objetivos essenciais para a FNE!

Temos documentos preparados para as diferentes áreas de intervenção, com a definição do que são as nossas posições de partida para processos negociais, que devem ser desencadeados logo que possível.



FNE assina protocolo de cooperação com Universidade Aberta e UnYLeYa



João Dias da Silva (FNE), Paulo da Silva Dias (Reitor da Universidade Aberta-UA) e Jorge M. Pedreira (Presidente do Conselho de Administração da UnYLeYa – Educação e Formação à Distância), assinaram, durante o FÓRUM FNE de 8 de outubro de 2016, em Lisboa, um protocolo de cooperação que visa promover e apoiar a formação contínua do pessoal docente e não docente dos ensinos básico e secundário, designadamente através de ações de formação, qualificação e atualização de conhecimentos.

Os cursos e ações de formação podem ser oferecidos em regime presencial, de formação à distância através da internet (*e-learning*) ou em regime dual ou misto (*b-learning*). A seleção dos formadores ou autores responsáveis pela coordenação, lecionação e elaboração dos materiais de base será feita por acordo entre as partes, segundo critérios de mérito, de competência científica e pedagógica e de experiência e certificação profissional.

Para efeitos da conceção, desenvolvimento, produção, divulgação e certificação dos cursos e ações de formação pode estabelecer-se a colaboração com entidades terceiras, designadamente com outras instituições de ensino superior e de investigação, associações científicas, profissionais e sindicais, agrupamentos de escolas ou centros de formação de associações de escolas.

À UA caberá especialmente a validação científica dos cursos e ações de formação, a validação dos tutores no apoio às ações de formação à distância e a promoção da certificação dos cursos e ações de formação junto das entidades competentes. A UnYLeYa é uma empresa do Grupo LeYa, um dos maiores grupos editoriais de Língua Portuguesa, particularmente empenhado na área educativa, que se encontra vocacionada para as atividades, multimédia e para a educação, em geral, e em especial para atividades de ensino e formação à distância através da internet.

A FNE compromete-se a promover a divulgação regular junto dos associados dos seus sindicatos dos cursos ministrados ao abrigo deste Protocolo, através dos seus meios de comunicação próprios. Para o desenvolvimento da parceria estratégica podem as partes submeter candidaturas conjuntas, integrando entidades terceiras, a programas, iniciativas e sistemas de promoção e financiamento da formação, públicos ou privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais.

A UA é a instituição universitária pública portuguesa de referência para o ensino e a formação à distância e tem uma larga tradição na formação de professores. Uma das missões da FNE é a de proporcionar aos seus associados e a quem representa o acesso às melhores condições de desenvolvimento profissional, nomeadamente a qualificação e formação contínua de elevada qualidade.

A UA, a FNE e a UnYLeYa reconhecem que a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação constitui uma grande oportunidade de expansão para as instituições científicas, culturais e educativas portuguesas. A parceria desenvolver-se-á principalmente nas áreas e ofertas pedagógicas com relevância para formação e qualificação de nível superior, designadamente no âmbito da chamada Aprendizagem ao Longo da Vida.

Ação de Formação E-learning "Gestão de Conflitos em Contexto Escolar"
 Clique na imagem para aceder à respetiva informação detalhada da Formação



GESTÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR
 Inscrições: <http://formacao.fne.pt>

DESTINATÁRIOS
 Este Curso destina-se a todos os professores de 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário, de todos os grupos de recrutamento, que pretendam adquirir conhecimentos na área de Gestão de Conflitos.

1º CICLO

E-learning com Tutoria
 52 horas
 2 Créditos + 2 ECTS

SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FNE - 100 € | NÃO SÓCIOS - 240 €



GESTÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR
 Inscrições: <http://formacao.fne.pt>

DESTINATÁRIOS
 Este Curso destina-se a todos os professores de 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário, de todos os grupos de recrutamento, que pretendam adquirir conhecimentos na área de Gestão de Conflitos.

2º CICLO

E-learning com Tutoria
 52 horas
 2 Créditos + 2 ECTS

SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FNE - 100 € | NÃO SÓCIOS - 240 €



GESTÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR
 Inscrições: <http://formacao.fne.pt>

DESTINATÁRIOS
 Este Curso destina-se a todos os professores de 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário, de todos os grupos de recrutamento, que pretendam adquirir conhecimentos na área de Gestão de Conflitos.

3º CICLO

E-learning com Tutoria
 52 horas
 2 Créditos + 2 ECTS

SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FNE - 100 € | NÃO SÓCIOS - 240 €



GESTÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR
 Inscrições: <http://formacao.fne.pt>

DESTINATÁRIOS
 Este Curso destina-se a todos os professores de 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário, de todos os grupos de recrutamento, que pretendam adquirir conhecimentos na área de Gestão de Conflitos.

SECUNDÁRIO

E-learning com Tutoria
 52 horas
 2 Créditos + 2 ECTS

SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FNE - 100 € | NÃO SÓCIOS - 240 €



CURSOS GESTÃO DE CONFLITOS EM CONTEXTO ESCOLAR

● Inscrições: <http://formacao.fne.pt>

DESTINATÁRIOS

Este Curso destina-se a todos os **professores de 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário, de todos os grupos de recrutamento**, que pretendam adquirir conhecimentos na área de Gestão de Conflitos.

CONTEÚDOS

- *O Paradigma do Conflito*
- *A Escalada do Conflito e as Emoções Associadas*
- *As Abordagens ao Conflito e os Estilos Comunicacionais*
- *A Importância de Adotar uma Atitude Proativa e Consciente*
- *Os Passos do Processo de Resolução do Conflito Win-Win*

AUTORIA & COAUTORIA

Dr.ª Katian Caria
Doutora Lídia Grave-Resendes
Doutora Florinda Maria Coelho Pacheco

REGIME: e-Learning com Tutoria

DURAÇÃO: 52H / 8 a 9 semanas

ECTS: 2 ECTS / 2 Créditos

REGISTOS DE ACREDITAÇÃO

Gestão de Conflitos em Contexto Escolar - 1º ciclo
(CCPFC/ACC - 85817/16)

Gestão de Conflitos e Contexto Escolar - 2º ciclo
(CCPFC/ACC - 85818/16)

Gestão de Conflitos em Contexto Escolar - 3º ciclo
(CCPFC/ACC - 86441/16)

Gestão de Conflitos em Contexto Escolar - Ensino Secundário
(CCPFC/ACC - 86442/16)

O curso confere 2 créditos aos professores do 1º e do 2º ciclo, em que releva para a componente científica e 2 créditos aos professores de 3º ciclo e do Secundário, em que não releva para a componente científica.

PREÇO

- **SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FNE:** 100€

- **NÃO SÓCIOS:** 240€



CONTEÚDOS MULTIMÉDIA | CASOS PRÁTICOS | DOCUMENTOS DE APOIO
FÓRUM DE DÚVIDAS | FÓRUM DE ATIVIDADES



Inscrições: <http://formacao.fne.pt/>



Contactos: 210 417 325 | fne@unyleya.com

Consulte toda a informação em:
<http://formacao.fne.pt>



Questionário MGEN sobre riscos psicossociais na educação



A MGEN (seguradora mutualista francesa), o Réseau Éducation et Solidarité (Rede Educação e Solidariedade – Projetos solidários para a saúde e a educação), a FNE e a FENPROF, estabeleceram uma parceria no sentido de acompanhar, no mundo inteiro, projetos ao serviço da educação e da saúde dos seus profissionais no ativo.

Para o efeito, a FNE propôs aos associados dos seus sindicatos o preenchimento online (www.mgen.pt/riscospsicossociais) de um inquérito internacional sobre os riscos psicossociais nos profissionais da Educação. Na verdade, os riscos psicossociais e o stress relacionado com o trabalho são das questões que maiores desafios apresentam em matéria de segurança e saúde no trabalho e têm um impacto significativo na saúde dos trabalhadores, organizações e economias nacionais.

A colaboração dos nossos respondentes vai ajudar-nos a perceber melhor as condições e trabalho nos diferentes países, o que nos vai permitir pensar, com mais profundidade e conhecimento real, práticas e ações adaptadas para cada país.

Questões sobre a qualidade de vida, a satisfação com a saúde, a situação atual no trabalho, o respeito dos superiores, o apoio dos colegas nas situações mais difíceis, as perspetivas de promoção, a segurança no emprego ou a adequação da posição profissional com a formação de cada um são algumas das questões que fazem parte do questionário.

De lembrar que a área de saúde e segurança no trabalho é uma aposta ganha pela FNE que, entre maio e dezembro de 2015, levou a efeito uma Campanha de Saúde a nível nacional, em parceria com a MGEN e a Europamut, dirigida a todos os profissionais da educação, com foco no stress, nos problemas da voz e nas lesões músculo-esqueléticas. Dessa campanha fez ainda parte a publicação do manual “Saúde e Segurança entre Profissionais da Educação”.



FNE com simpósio no 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses



Joaquim Santos apresenta os resultados de sondagem aos docentes

Nas últimas décadas, as mudanças significativas que ocorrem no mundo do trabalho e, em particular no da Educação, têm lançado novos desafios em matéria de segurança e saúde dos seus trabalhadores, com graves consequências, para a saúde física e mental. Tais mudanças têm acarretando também elevados custos económicos resultantes, principalmente, das baixas médicas, do aumento do número de acidentes profissionais e da falta de motivação para o trabalho.

Com o objetivo de contribuir para a discussão do tema, que tem sido pouco estudado em Portugal, tomando os trabalhadores da educação docentes e não docentes, Lúcia Miranda coordenou um simpósio com o tema “Riscos psicossociais em contexto educativo: resultados de estudos no âmbito do projeto *Profissionais Valorizados na Saúde*”, parte integrante do primeiro dia de trabalhos do 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, que decorreu no edifício da Alfândega do Porto, de 28 de setembro a 1 de outubro de 2016.



Lúcia Miranda fala do stress e *burnout* em Docentes e Não Docentes

Neste simpósio foram apresentados quatro estudos da responsabilidade de Lúcia Miranda, Joaquim Santos e João Dias da Silva. A apresentação do primeiro estudo, a cargo de Joaquim Santos, teve como objetivo mostrar aos participantes do Congresso dos Psicólogos os resultados de uma sondagem aos docentes, sobre os conhecimentos que detinham sobre o fenómeno do stress e *burnout* e sobre as suas experiências de stress a nível profissional.

A apresentação dos restantes estudos ficou a cargo de Lúcia Miranda. Assim, o segundo estudo teve como objetivo apresentar o estado da arte, relativamente ao stress e *burnout* em profissionais



Aspeto geral do 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses

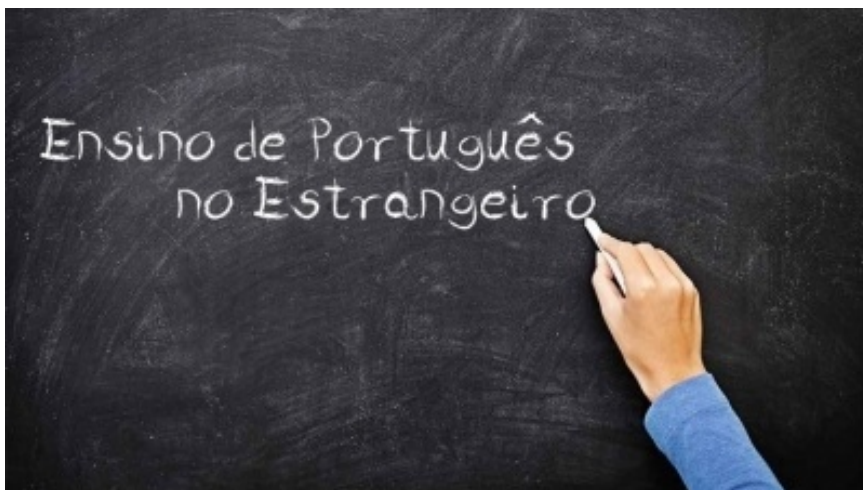
docentes e não docentes, através de uma análise de conteúdo da investigação desenvolvida no âmbito das dissertações de mestrado e teses de doutoramento em Portugal.

No estudo três procurou-se analisar as características psicométricas da Escala de Stresse no Trabalho de Paschoal e Tamayo (2004). Este estudo foi realizado em trabalhadores não docentes da educação. Finalmente, no estudo quatro apresentou-se um trabalho de carácter exploratório sobre a existência ou não de diferenças significativas nos stressores de natureza psicossocial, de acordo com o género e idade, em não docentes.

Face à complexidade deste fenómeno, conclui-se pela necessidade de mais estudos para conhecer melhor as relações complexas que se estabelecem entre as diversas variáveis. Foi ainda possível discutir, a partir de alguns resultados, algumas implicações para a intervenção prática neste campo.

Lúcia Miranda

Revisão consagra disposições mais favoráveis para os docentes



No contributo para a ata conclusiva da negociação do Decreto-Lei de alteração do Decreto-Lei 165/2006, de 11 de agosto, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), datado de 10 de outubro de 2016, a FNE regista positivamente que a presente Revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE) acolha algumas das propostas que tem apresentado em sucessivos processos negociais, nomeadamente a extensão do prazo para a notificação de ausência ao serviço, que passa a ser de três dias úteis, a fixação do feriado de 25 de Abril ou a eliminação do limite temporal para a renovação das comissões de serviço.

A FNE manifestou também o desejo de que no futuro os processos negociais possam decorrer por períodos razoáveis e mais longos, que permitam um debate o mais alargado possível, assim como a

construção de soluções que resultem da concertação social.

A FNE regista ainda que, devido à concentração deste processo negocial num âmbito muito reduzido de matérias, ficam por solucionar questões que considera da maior relevância, como sejam a eliminação da injusta e injustificada propina de frequência, a extensão aos docentes do EPE do regime de mobilidade especial existente no âmbito dos concursos de docentes, a revisão do regime do subsídio de refeição, harmonizando-o com o dos outros trabalhadores do MNE, a determinação dos subsídios de instalação e de regresso e a redução da componente letiva nos casos em que o tempo de deslocações entre escolas para prestação de serviço exceda determinados limites.

A FNE saúda a disponibilidade da Secretaria de Estado das

Comunidades Portuguesas (SECP) para realizar um estudo relativo aos docentes que, tendo ultrapassado 15 anos de serviço e que têm a sua posição remuneratória inalterada, permita o levantamento das situações e a análise do impacto que teria a respetiva transição para o nível remuneratório superior.

Finalmente, a FNE saúda também a disponibilidade da SECP para defender que, no próximo processo de revisão do regime de concursos de docentes, os docentes do EPE deixem de ser considerados na terceira prioridade, passando a integrar a primeira prioridade.

Durante o processo de negociação, a FNE e o seu Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) reivindicaram uma situação de maior igualdade relativamente a docentes e alunos dentro do sistema de EPE, na sua qualidade de subsistema do Ensino Público português.

Esta negociação respeitou à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 234/2012, de 30 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do EPE - Ensino Português no Estrangeiro. A FNE obteve assim um texto legal final que consagra disposições mais favoráveis para os docentes de EPE que representa.

Direito à greve sob ataque em mais de 100 países

Foi publicado em outubro de 2016 o estudo "O Direito à Greve Atacado? Uma Análise das Tendências Recentes", da autoria de Edlira Xhafa, da Friedrich Ebert Stiftung, e em que a FNE participou ativamente entre 1 de março e 21 de abril deste ano, no respeitante à situação portuguesa.

Na nota introdutória, Edlira Xhafa frisa que, a nível nacional, a quase totalidade dos 117 países abrangidos pelo relatório implementaram medidas legais e práticas que violam o direito à greve. Das violações que foram cometidas durante um longo período de tempo, as mais comuns envolvem colocar entraves a grupos de trabalhadores no seu direito à greve.

O relatório sublinha que nos últimos 5 anos 89 países foram responsáveis por novas violações, principalmente sob a forma de ação de mão pesada contra greves legítimas e da interferência no processo de greves, continuando a haver restrições significativas no direito à greve dos trabalhadores no setor público.

Portugal faz parte de 84 países cobertos pelo relatório onde se adotaram práticas restritivas em uma ou mais áreas do direito à greve. O nosso país também integra uma lista de oito países da OCDE (Alemanha, Bélgica, Canada, Espanha, Grécia, México e Turquia) em que se adotaram, em anos mais recentes, práticas que restringem esse direito.

O direito à greve continua sob ataque cerrado, tanto a nível nacional como a nível internacional. Este ataque intensificou-se num contexto em que os argumentos económicos e de segurança são cada vez mais usados pelos governos como um pretexto para a violação de direitos humanos e democráticos fundamentais.

Pode consultar o estudo "**The Right to Strike Struck Down? An Analysis of Recent Trends**", na sua versão integral, em: http://www.fne.pt/uploads/cms/internacional/20161018115611_the_right_to_strike_down2016.pdf

A decorative graphic consisting of a grid of grey dots with several red dots scattered throughout, primarily on the left and bottom right sides.

The Right to Strike Struck Down?

An Analysis of Recent Trends

38 anos da UGT com “Estado da Justiça em Portugal”



Carlos Silva, secretário-geral da UGT

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) celebrou, em 28 de outubro de 2016, os seus 38 anos de atividade sindical em prol dos trabalhadores portugueses, com uma Conferência sobre “O Estado da Justiça em Portugal”, que contou com a presença na abertura da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem que, nas palavras de Carlos Silva, secretário-geral da UGT, “amadrinhou” o evento.

Depois da sessão de abertura seguiu-se um painel de conferencistas formado por Alberto Martins (ex-Ministro da Justiça), Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça), António Marinho e Pinto (eurodeputado), Elina Fraga (Bastonária da Ordem dos Advogados) e Rogério Alves (advogado). A moderação deste painel esteve a cargo de Carlos Almeida, Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça.

Alberto Martins focou a sua intervenção nas relações entre Trabalho e Justiça, enquanto Laborinho Lúcio resumiu a sua participação a três dimensões cruciais: acesso à Justiça, Conhecimento da Justiça e Controlo da Justiça. Por sua vez, António Marinho Pinho sublinhou a relação entre juízes, tribunais e Justiça, enquanto Rogério Alves, acentuando que estamos numa civilização do espetáculo, concluiu que um “modelo com mais Justiça traduz-se em eficácia”. Uma das conclusões do painel foi que o Direito não justo e o direito não eficaz “não são Direito”.



Resolução da UGT defende um compromisso para o crescimento e emprego

A Resolução do Secretariado Nacional (SN) da UGT de 27 de outubro de 2016, “**Manter a Credibilidade. Respeitar os Compromissos Internacionais. Aprofundar a Dimensão Social**”, especialmente focada na proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2017, entregue pelo Governo na Assembleia da República, acabou aprovada por unanimidade e aclamação.

Embora reconhecendo os constrangimentos nacionais e internacionais do presente, a UGT vê no OE 2017 a combinação possível entre necessidades de consolidação orçamental e a promoção do crescimento, do emprego de qualidade, o combate ao desemprego e a implementação de políticas sociais que enfrentem os problemas sérios com que Portugal ainda se debate.

A UGT saúda a adoção de medidas como a reversão progressiva dos cortes salariais na Administração Pública, ou o aumento do salário mínimo, mediante o acordo por si assinado. No entanto, e atendendo à Política Reivindicativa para 2016-2017 da central, sublinha que seria e será possível e desejável ir mais longe. Por isso, considera este OE pragmático e de compromisso.

A eliminação da sobretaxa de IRS ao longo de 2017, a atualização de todas as pensões até 2 IAS (Indexante dos Apoios Sociais) e, de forma extraordinária, das pensões mais baixas congeladas nos últimos anos, a eliminação da contribuição extraordinária de solidariedade, a atualização do IAS (congelado desde 2009), o aumento do abono de família, o ajustamento dos escalões de IRS à taxa de inflação, entre outras medidas, são sinais indubitáveis de uma trajetória que introduz maior sensibilidade social, já iniciada com o OE para 2016.

A Resolução sublinha, por outro lado, que a proposta do OE para 2017 fica manifestamente aquém do que seria justo para os trabalhadores da Administração Pública e do Setor Público Empresarial, relativamente aos quais pouco ou nada se altera, e que seria igualmente importante que se tivesse ido mais longe em matéria de política fiscal, em que o alargamento do número de escalões de IRS será essencial para assegurar um desagravamento da carga fiscal sobre o trabalho e uma real progressividade e justiça do sistema.

Em matéria de proteção social a UGT expressa preocupações quanto à não atualização extraordinária de pensões de valor muito baixo, que embora tenham sido atualizadas nos últimos anos, continuam em valores insu-

cimento e a criação de emprego.

A UGT entende que um **compromisso para o crescimento e o emprego** ultrapassa largamente o campo político-partidário e em sede parlamentar, devendo antes centrar-se na esfera de intervenção da concertação social, pela sua capacidade de atingir compromissos e consensos em matérias centrais para Portugal, para os trabalhadores e para as empresas.

Matérias mais urgentes, como o salário mínimo, o combate à precariedade ou a dinamização da negociação coletiva não poderão estar fora da concertação social. Mas será igualmente importante que a agenda integre opções relevantes em domínios como a aposta na capacitação das empresas e no seu acesso a financiamento adequado, muito dependente da urgente estabilização do sistema financeiro.



ficientes para servir o fim a que se destinam, ou para um aumento mais significativo do IAS, que não recupera de facto as perdas originadas pelo longo período de congelamento.

Em suma, este é um orçamento credível, mas que não deixa de comportar uma margem de risco, que será tanto maior se não se avançarem com medidas concretas que promovam o cres-

Será necessário que todos os parceiros envolvidos nas negociações – Governo, Sindicatos e Empregadores – estejam plenamente conscientes de que a sua abertura ao diálogo e ao compromisso serão essenciais para dar resposta aos desafios concretos que Portugal atravessa e atravessará e mesmo às pressões externas com que ainda nos confrontamos.

Presidente lembra as grandes lutas

Sindicato dos Professores da Zona Centro: 40 anos a defender e valorizar os docentes



José Ricardo, presidente do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC)

O Sindicato de Professores da Zona Centro (SPZC) celebrou, no passado dia 26 de outubro de 2016, 40 anos de luta pela valorização e dignificação dos professores e educadores portugueses, num percurso contra a unicidade sindical e pelo aprofundamento do diálogo social e a negociação com os diferentes parceiros.

José Ricardo, presidente da direção do SPZC desde 1995, sublinha que a luta pela democratização do ensino e por uma escola pública equitativa e de qualidade é outra bandeira do seu sindicato, que exige o comprometimento do Estado na promoção de um sistema educativo, com sucesso para todos.

A ideia de criar o SPZC começou a fervilhar nas primeiras semanas que se seguiram ao 25 de abril de 1974, tendo os professores da

Zona Centro participado nas comemorações do primeiro 1º de Maio. No ano seguinte foram publicados os estatutos do sindicato que, na verdade, têm a idade da democracia.

Em 1982, o SPZC torna-se fundador da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FNSP), que deu lugar à Federação Nacional da Educação (FNE), no final da década de 80. José Ricardo lembra que a primeira grande reivindicação do SPZC foi a criação do Estatuto da Carreira Docente (ECD), numa altura em que não havia uma carreira, a precariedade era imensa e os salários eram míseros.

“Os professores querem intervir na definição das políticas educativas em Portugal”, acentua o presidente do SPZC. Para acrescentar

que “não apenas nas suas causas enquanto classe. Esta é a marca importante do nosso sindicato, a nossa identidade”.

O ECD demorou 16 anos a conquistar e José Ricardo recorda que hoje continuamos a ter um ataque à carreira dos professores, aos seus salários, às suas condições de trabalho e de desenvolvimento profissional, situação que se estende a todos os trabalhadores da administração pública.

A exigência de profissionalização dos professores, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e o alargamento da escolaridade obrigatória para nove e depois para 12 anos foram outros marcos históricos do SPZC.

Entre os grandes desafios do presente encontram-se a elevada taxa de insucesso escolar, o desgaste profissional acelerado, a sobrecarga do tempo de trabalho dos professores, o envelhecimento da classe ou o sobredimensionamento das turmas.

Na opinião de José Ricardo outros desafios de relevo são a necessidade de renovação da LBSE, no sentido de “adaptar os rumos da educação às exigências dos novos tempos” e uma aposta séria na qualificação dos portugueses, sem a qual é impossível ultrapassarmos os problemas de competitividade do país.

Abertura de concurso para 300 vagas é apenas mais um remendo

A insuficiência de trabalhadores não docentes nas escolas (assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores) foi um dos problemas que ensombrou o início do presente ano escolar, levando mesmo ao encerramento de atividades letivas.

Desde há muito que a FNE insiste em denunciar a absoluta urgência de um levantamento sério das reais necessidades de cada escola e que a falta deste levantamento resulta em tal insuficiência, exigindo-se assim a revisão dos rácios destes Trabalhadores, na perspetiva de que nem todas as escolas são iguais. Nos últimos anos, a passagem à aposentação e situações várias de ausência têm agravado o normal funcionamento de muitas escolas do país.

Sempre atenta a esta insuficiência, a FNE, em comunicado do Secretariado Nacional de 13 de outubro de 2016, nota que o recente anúncio por parte do Ministério da Educação (ME) de abertura de concurso para 300 Assistentes Operacionais “peca por ser tardia e insuficiente”, pois escolas fechadas por falta de pessoal ou com serviços de apoio reduzidos ao mínimo “é um cenário que se repete ano após ano, sem que se encontre uma solução definitiva para o problema”.

O comum tem sido encobrir o problema com o recurso à colocação de trabalhadores indiferenciados dos centros de emprego e a contratos de horas de limpeza, soluções que nunca mereceram a nossa concordância e que se revelaram sempre “desajustadas e precárias”.

A abertura de concurso para 300 vagas é “apenas mais um remendo que não resolve o problema”, adiando-o simplesmente, até pelo facto de o desenvolvimento do concurso constituir “um processo lento e com resultados práticos longínquos, quando as necessidades reais são imediatas”.

É pois absolutamente necessário que as necessidades permanentes de pessoal de apoio educativo sejam identificadas e colocados trabalhadores para cobrirem “estas necessidades permanentes”, para que as escolas consigam funcionar em pleno, cumprindo uma educação de qualidade, equitativa, virada para o sucesso e para a inclusão.

A FNE e os STAAE's entregaram no ME uma proposta de carreiras especiais para os trabalhadores de apoio educativo, o que, no nosso ponto de vista, levaria a que grande parte da falta de profissionais se resolvesse e o Estado, para além de poupar dinheiro, teria a cuidar das nossas crianças e jovens, pessoal qualificado e motivado para um desempenho profissional de qualidade.

Desta forma, urge a abertura de negociação da nossa proposta, integrada com a revisão do regime de rácios estabelecido para estes profissionais da educação. Os trabalhadores de apoio educativo são parte integrante do rosto das escolas, estão na primeira linha a cuidar das nossas crianças e jovens, merecendo por isso uma consideração adequada e justa.



Para a FNE e os STAAE's, carreiras especiais e a revisão do regime de rácios seriam uma boa solução

SIADAP: ferramenta de uma cultura organizacional na Administração Pública Portuguesa?



A Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, instituiu o atual Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP) atualmente em vigor que, por força do Decreto Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro, foi igualmente aplicado à Administração Local.

Com as alterações sofridas por determinação da Lei do Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2013, a avaliação dos trabalhadores, prevista no SIADAP III, passou de uma avaliação baseada num ciclo anual para um ciclo bienal, e a consequente cessação no âmbito do SIADAP da atribuição de dias de férias como efeito dos prémios de diferenciação de desempenho, o desempenho relevante e o desempenho excelente, tudo com reflexos negativos no bem-estar dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa (APP) no seu local de trabalho, não falando do aumento da carga horária de trabalho, da diminuição dos dias de férias e outros.

Os subseqüentes OE, após a entrada da Troika em Portugal, introdu-

ziram os congelamentos das carreiras, da progressão e dos aumentos salariais, negociados anualmente em cada OE pelas associações sindicais, impedindo por via legal que as avaliações obtidas pelos trabalhadores da APP, através do SIADAP, permitissem a progressão nos respetivos escalões salariais, com a previsão sempre prevista orçamento a orçamento, que quando se produzissem os descongelamentos das carreiras e escalões salariais seriam utilizados na sua totalidade, com a salvaguarda de os pontos não utilizados após o descongelamento, já referido, ficarem na titularidade do trabalhador para utilização futura, na progressão salarial, esperando nós, quando essa situação se concretizar, se se vier a concretizar, o legislador mantenha a intenção que os sucessivos OE têm prometido - a manutenção dos pontos excedentes.

Trabalhadores como melhor ativo das organizações

Qual a intenção do legislador, quando criou o SIADAP e quando criou a regra dos dez pontos obtidos através da avaliação de desempenho dos trabalhadores da APP para a respetiva progressão salarial?

Para além da avaliação de desempenho dos trabalhadores, este processo no seu conjunto permitiria

analisar, entre outras situações, o grau de satisfação do trabalhador no seu local de trabalho, a opinião do dirigente avaliador pelo trabalho desenvolvido pelo avaliado, a necessidade de formação do mesmo, e o findar do automatismo das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública (AP), carreira que se processava nas carreiras horizontais, quase de um modo automático, baseado no decurso do tempo, quatro anos, e num processo de avaliação incipiente, sem grandes critérios de diferenciação entre as qualidades de trabalho dos trabalhadores, onde estes, com maior capacidade de trabalho e maior dedicação no mesmo, tinham os mesmos aumentos salariais que os trabalhadores que não demonstravam estas qualidades, com a consequente injustiça perante os trabalhadores mais dedicados ao serviço público.

Entendeu o legislador, com a criação do SIADAP, terminar com esse automatismo nas carreiras da APP do séc. XXI, baseado na referida avaliação incipiente, com um dos fundamentos em que as organizações públicas tal como as privadas necessitam de profissionais ativos, criativos, pensantes, ambiciosos e motivados por objetivos, apesar de muitas críticas que podemos efetuar a este novo sistema de avaliação de desempenho, SIADAP, nomeadamente ao sistema de quotas por si criado, por pecarem de excessivas e na injustiça que as mesmas vieram a criar aos trabalhadores da AP.

FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA TAMBÉM EDUCAM

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Pretendeu-se então com o SIADAP que os trabalhadores da APP passassem a ser encarados como ativos das organizações e portanto como a sua principal riqueza, sendo o seu crescimento pessoal e profissional que vem permitir o desenvolvimento e a criação do conhecimento, seja qual for a atividade levada a cabo pelas organizações públicas ou privadas, os resultados que se venham a obter serão sempre a soma dos resultados obtidos e alcançados pelas pessoas ao seu serviço, independentemente das funções ou cargo que cada uma delas exerça.

Os profissionais, para atingirem um serviço de excelência, terão que vivenciar a organização e interiorizar o que no seu seio se passa, com determinado sentimento de pertença, sendo certo que só o fazer se o seu valor e mérito forem reconhecidos, sendo portanto também este um dos objetivos do novo sistema de avaliação de desempenho protagonizado pelo SIADAP, e talvez nunca conseguido, como veremos de seguida.

Surge-nos então o SIADAP como a ferramenta adequada para o reconhecimento do mérito dos trabalhadores da APP, o que nos trans-

porta para a gestão de desempenhos, gestão de desempenhos que deve ser implementada e explicada a todos os seus intervenientes, a começar pelos dirigentes, e a passar pelos avaliadores e avaliados, de modo que exista uma motivação na sua aplicação, assumida por todos os trabalhadores da AP.

Com o decurso de mais de uma década de aplicação do SIADAP ter-se-ão atingido os objetivos supra referidos? terão os dirigentes, os avaliadores e os avaliados compreendido os objetivos previstos na aplicação do SIADAP?

A diferenciação entre os trabalhadores com este processo, pela conjuntura económica que Portugal atravessa, deixou de se poder efetuar, como já foi referido. A motivação para desenvolver o processo de avaliação por esse facto desmotiva tanto o avaliador como o

avaliado, pois encontram-se num processo burocrático sem qualquer utilidade imediata e no futuro ninguém sabe qual será a sua aplicação, pois as promessas de descongelamento das carreiras e progressão salarial estão a ser continuamente adiadas, juntando a todos estes factos atuais, a desmotivação que vem da aplicação do SIADAP desde a sua entrada em vigor, que se prende com a desmotivação de quem o aplica e de quem é avaliado, pela incompreensão do sistema em si e pela injustiça das quotas que o SIADAP contém.

Tudo razões para o legislador ponderar que sistema de avaliação pretende na APP, para um futuro que deverá ser muito próximo.

João Góis Ramalho

Presidente do STAEZCENTRO



DESCONGELAR

Milhares de trabalhadores têm as suas carreiras congeladas desde 2005

www.fne.pt

Não há possibilidade de encontrar motivação e mobilização em Trabalhadores que não sentem qualquer perspetiva de desenvolvimento de carreira, por muito esforçados que sejam!

Impõe-se garantir a recuperação integral do tempo de serviço congelado e das perdas resultantes das diferentes transições entre carreiras.

FICHA TÉCNICA
outubro 2016

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques

fne